



Número: **0800406-41.2018.8.15.0041**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Alagoa Nova**

Última distribuição : **25/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUAN SOARES DOS SANTOS (AUTOR)		ISRAEL DE SOUZA FARIAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16801858	25/09/2018 15:21	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
16801922	25/09/2018 15:21	<a href="#">ADM</a>	Outros Documentos
16801934	25/09/2018 15:21	<a href="#">Certidão de Ocorrência Policial</a>	Outros Documentos
16801944	25/09/2018 15:21	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
16801960	25/09/2018 15:21	<a href="#">Prontuário</a>	Outros Documentos
16801965	25/09/2018 15:21	<a href="#">RG E CPF</a>	Outros Documentos
17099538	09/10/2018 18:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29965877	17/04/2020 17:23	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
29965881	17/04/2020 17:24	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca De Alagoa Nova – PB**

**LUAN SOARES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 587403664 SSP/SP, inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda sob o nº109.892.154-23, residente e domiciliada a Rua Padre Abdias Leal, 71, Centro, Alagoa Nova/PB, CEP: 58125.000, por seu advogado legalmente constituído, conforme procuração em anexo, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGUROS- DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP-20.031.205, CNPJ: 09.248.608/0001-04, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**1. 1. DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, faz-se necessário pedir o deferimento referente ao benefício da assistência judiciária gratuita, por se tratar a parte de pessoa carente de recursos financeiros para custear a demanda processual, nos moldes do artigo 98 do NCPC. Portanto, para que a Promovente goze do direito da assistência judiciária gratuita que ora lhe assiste, basta o requerimento formulado junto à exordial, ficando a cargo da parte adversa o ônus de provar que o alegado em juízo pelo autor da demanda não corresponde à verdade.

**2. DOS FATOS**

O autor foi vítima de acidente automobilístico em via terrestre no dia 03 de Abril de 2016, aproximadamente às 18h00min, conduzia um veículo tipo motocicleta próximo ao Mercadinho de “Biu”, por trás da Igreja - Centro, na cidade de Alagoa Nova/PB, quando ao realizar uma curva deparou-se com um quebra-molas, momento em que perdeu o controle da motocicleta e caiu ao solo, sofrendo ferimentos graves.

Conforme Certidão de Ocorrência Policial fornecida pela Delegacia de Polícia Civil de Alagoa Nova-PB, a vítima conduzia o veículo HONDA/CG 150 TITAN EX, cor PRETA, ano/modelo 2012/2012, placa OFH-9716/PB, 9C2KC1660CR562159, licenciada em nome de Nilton Junior Soares dos Santos.

Após o acidente, o autor foi conduzido para o Hospital Local e em seguida para transferido para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde após o atendimento médico foi constatado que o mesmo sofreu FRATURA EXPOSTA NA TÍBIA ESQUERDA,



novamente foi transferido de hospital, desta vez para o Hospital Geral de Queimadas, onde foi submetida a tratamento cirúrgico.

O requerente foi submetido à intervenção cirúrgica devido a FRATURA EXPOSTA NA TÍBIA ESQUERDA. Cujo procedimento cirúrgico comprometeu as funções do respectivo membro.

### 3. DO DIREITO

O Seguro DPVAT é disciplinado pela Lei nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que assegura o recebimento de indenização às vítimas de acidente de trânsito nos casos de morte, invalidez permanente, e/ou para as vítimas que recebam cuidados médicos e gastos com medicamentos.

Segue abaixo o teor do art. 3º da Lei nº 6.194/74:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que seguem, por pessoa vitimada”.

- I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte;
- II – até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e
- III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais como reembolso a vítima no caso de despesas de assistências médicas e suplementares devidamente comprovadas).

De acordo com o artigo supratranscrito, a lei assegura o direito de receber a título de indenização como prêmio desse seguro o valor mencionado conforme o tipo de dano suportado pelo acidentado e neste sentido deve a seguradora ser condenada a indenizá-la pelo seguro obrigatório.

Dispõe a Lei 6.194/74, que o valor referente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir o que reza no Art. 3º da referida lei que dispõe sobre o quantum deverá ser pago em caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou invalido deverá receber o valor total da indenização, e não o pagamento parcial e o art. 5º da Lei nº 6.194/94 é extremamente claro ao elencar a possibilidade de indenização.

Segue abaixo o teor do referido art. 5º da Lei nº 6.194/94:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ”

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP.

Assim estabelece o presente julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO IRRELEVANTE. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso tornar se a imposição – de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ – MA em 06/07/01).

Tornando desta forma inviável qualquer tipo de alegação da parte promovida de que não seja responsável ao pagamento da indenização do seguro obrigatório devido ao promovente, ocasionado por acidente de veículo que resultou em sua invalidez permanente.



Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

**Insta salientar que o autor deu entrada administrativamente junto à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, tendo seu pedido NEGADO, razão pela qual está requerendo via judicial.**

## DOS JUROS MORATORIOS

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o entendimento, já consolidado na Súmula 54, de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas.

## DA PERÍCIA

Como meio de provar todo o alegado, a requerente fica a disposição para submeter – se aos testes necessários para a devida comprovação da sua invalidez permanente decorrente do acidente de veículo. Deste modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

**Importante salientar que se tem um convênio 15/2014 firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LÍDER em relação a perícia médica.**

## 4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil c/c os Art. 3º e 5º da Lei 6.196/74 a total procedência da presente ação bem como:

1. Defira a assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do NCPC, por não dispor o autor de recursos suficientes para o custeio deste processo, sem que seja comprometido o seu sustento, bem como o de sua família;

2. Para que, no prazo legal, apresente, se entender, a contestação, sob pena de revelia;

3. Atendendo ao disposto no artigo [319](#), inciso [VII](#) do [NCPC](#), o autor **informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação**

4. **Protesta e requer** o deferimento de produção de todas as provas admitidas em juízo, notadamente de provas testemunhais que serão arroladas em momento oportuno e comparecerão a audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação e, em especial, a produção de prova pericial a ser operada pelo Instituto de Medicina Legal ou equiparado, observando-se ainda o convênio 15/2014 firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LÍDER.

5. NO MÉRITO, após exaurido o devido processo legal e comprovado por prova pericial a



debilidade do autor, incline-se em JULGAR PROCEDENTE o pleito para condenar a Seguradora Líder ao pagamento do Seguro Obrigatório do DPVAT no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** ou por parâmetro da debilidade comprovada pela perícia médica (STF. ARE 704.520/RG), tudo por ser medida de acerto e de distribuição de justiça;

6. Nos termos do art. 85 § 2º DO NCPC, com estrita, arbitre os honorários advocatícios devidos ao causídico, em valor condizente ao trabalho realizado e sobre total da condenação.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.  
Nestes termos, pede deferimento.  
Alagoa Nova – PB, 25/09/2018.

ISRAEL DE SOUZA FARIAS  
OAB/PB nº 25.670

### QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE PERIGO DE VIDA ( ), de que forma?

\_\_\_\_\_

—

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):\_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_

—

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS ? :

\_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_

—

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU,



GRAVE? :

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura – carimbo – CRM)





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2016

Carta nº: 10013632

A/C: LUAN SOARES DOS SANTOS

Sinistro: 3160495101 ASL-1025003/16  
Vítima: LUAN SOARES DOS SANTOS  
Data Acidente: 03/04/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: ADRIANA ESPINOLA DOS SANTOS

Ref.: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Prezado(a) Senhor(a),

Após avaliação dos documentos que nos foram enviados, a assessoria médica verificou que os danos pessoais decorrentes do seu acidente, após o tratamento médico, não resultaram em invalidez permanente.

Como o Seguro DPVAT somente paga indenização a pessoas que tenham invalidez permanente, o seu pedido foi negado.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04, ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0147301474 - carta\_04





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
12ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALAGOA NOVA/PB**

**- CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL -**

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registro de Ocorrências nº 001/2016, nele encontrei às folhas nº **237** o registro nº **237/16**, cujo teor agora passa a transcrever na íntegra: Aos dias **27** do mês de **JUNHO** do ano de **2016**, nesta cidade de Alagoa Nova/PB, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil onde se achava presente a Bel **EDUARDO ALMEIDA RIBEIRO**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão do seu cargo no final assinado e declarado, por volta das 14:15 horas **COMPARECEU: LUAN SOARES DOS SANTOS, brasileiro, natural de Campina Grande/PB, agricultor, RG nº 58.740.366-4 SSP/PB, filho de NILTON BARBOSA SOARES e de MASRIA JOSÉ SOARES DOS SANTOS, residente na RUA PE ABÍLIO DE LEAL, Nº 71, CENTRO, zona ALAGOA NOVA, fone: 9.8141-7078. NOTIFICOU QUE: no dia 03/04/2016, por volta das 18:00 horas, conduzia a moto HONDA/CG 150 TINTA EX, PLACA OFH 9716, ANO: 2012/2012, COR PRETA, CHASSI Nº 9C2KC1660CR562159, REGISTRADA EM NOME DE NILTON JUNIOR SOARES DOS SANTOS, próximo ao Mercadinho de "BIU", por trás da Igreja, nesta cidade, quando ao realizar uma curva se deparou com um quebra-mola, momento em que perdeu o equilíbrio do veículo vindo a cair; QUE ficou desacordado, sendo socorrido por populares para o hospital local sendo encaminhado para o hospital de Trauma em Campina Grande; QUE no Trauma ficou internado por cerca de 07 dias, constatando-se fratura na perna esquerda; QUE foi cirurgiado no hospital de Regional de Queimadas, sendo liberado após dois dias; QUE apresenta como testemunhas do acidente as pessoas de: HENRIQUE ARLINDO FERNANDES FILHO (RG 179.412-5 SSP/PB), residente na Rua Joaquim José do Vale, nº 141, Centro, Alagoa Nova, 2ª) GILMAR GADELHA SOARES, residente na Rua Joaquim José do Vale, nº 113, Centro, Alagoa Nova. Nada mais havendo a relatar, ciente o(a) requerente das implicações contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado, expeço a referida Certidão. O referido é verdade e dou fé.**

Alagoa Nova/PB, 27 de Junho de 2016.

NOTIFICANTE:

*Luán Soares dos Santos*

**Saulo Ramos Silva**  
Escrivão de Polícia  
Mat.: 168.434-5

Scanned by CamScanner





## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante:

Juan Soares dos Santos  
brasileiro, Saltina,  
portador(a) RG nº 587403664 CPF nº  
10989215423, residente e domiciliado(a)  
no(a) Rua Padre Aléio Ped nº 71 -  
Centro, Alagoa Nova - PB; E-mail:

Outorgado:

**ISRAEL DE SOUZA FARIAS**, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/PB sob nº 25.670, com escritório profissional na Rua Manoel Araújo, nº 70, Centro, Alagoa Nova-PB, CEP: 58125.000, Endereço Eletrônico: israelariasady@gmail.com, fone: (83) 98116.7741, (83) 99631.8671;

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado supra, a quem confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", conforme art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COMUM COM AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT**. Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, para fins dos dispostos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. **Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente Instrumento.**

Alagoa Nova - PB /PB, 15 / 03 / 2018.

Juan Soares dos Santos  
OUTORGANTE

\*Isento de reconhecimento de Firma, em face da Lei 8.952 de 13/12/1994, que dá nova redação ao artigo 38 do CPC.

Scanned by CamScanner



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Luiz Soares dos Santos,  
brasileiro(a), solteiro, portador(a)  
de RG n.º 587403664, CPF n.º 10883215423,  
residente e domiciliado(a) na  
Rua Padre Alcirio Leal, nº 71,  
Centro, Município de Alagoa Nova - PB,  
**declaro, nos moldes do art. 1.º da Lei n.º 7.115, de 29 de agosto de 1983, com a finalidade de obtenção do Benefício da Justiça Gratuita, conforme dispõe o art. 4.º da Lei n.º 1.060/50, que minha situação econômica não me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízos do meu sustento próprio e da minha família.**

Alagoa Nova /PB, 13 de 05 de 2018.

Luiz Soares dos Santos  
Declarante



# CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Por este instrumento particular de CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, figurando como CONTRATANTE,

Juan Sousa dos Santos, portador(a) do RG 583403604, CPF nº 9988215423, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Pedro Albino Leal nº 43 - Centro - Alagoa Nova - PB;

E como CONTRATADO, o ADVOGADO, O Bel **ISRAEL DE SOUZA FARIAS**, brasileiro, inscrito na OAB/PB sob nº 25.670, com escritório profissional na Rua Manoel Araújo, nº 70, Centro, Alagoa Nova-PB, CEP: 58125.000. Endereço Eletrônico: israelariasadv@gmail.com, fone: (83) 9816.7741, (83) 99631.8671, têm entre si, justo e contratado, o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - DO SERVIÇO JURÍDICO: O CONTRATADO, em face do presente instrumento contratual obriga-se a IMPETRAR NA JUSTIÇA COMUM, AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DE SEGURO DPVAT face a sinistro de trânsito;

2 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: Pelos serviços prestados e especificados na cláusula 1, o CONTRATADO, receberá a título de honorários, 30% (TRINTA POR CENTO), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências (nos termos do art. 23 do EOAB, Lei 8.906/94), conforme aqui pactos através do presente instrumento.

3 - DA AÇÃO JUDICIAL IMPETRADA: Fica estabelecido que, iniciados os serviços especificados na cláusula 1, são devidos os honorários contratados por completo neste instrumento, ainda que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, ou se for cassado o mandato do CONTRATADO sem sua culpa, ou ainda, por acordo do CONTRATANTE com a parte contrária, sem a devida aquiescência do CONTRATADO, podendo este exigir os honorários de imediato.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que em caso de serviços de cobrança ou de execução, ou ainda de qualquer outra natureza, em que o CONTRATADO receba verba ou importância em nome do CONTRATANTE, este desde já, autoriza àquele, descontar os honorários advocatícios, da verba ou importância recebida, ficando obrigado o CONTRATADO a reembolsar o CONTRATANTE no valor correspondente ao saldo remanescente.

4 - DISPOSIÇÕES GERAIS: O presente contrato, com natureza de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 585, inciso II do Código de Processo Civil, obriga as partes e seus herdeiros e sucessores em todas as obrigações aqui assumidas;

5 - DO FORO DE ELEIÇÃO: As partes elegem o Foro da Comarca de Alagoa Nova-PB, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou divergências que porventura venham a ocorrer em virtude do cumprimento do presente contrato, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, ASSINAM, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistem.

Alagoa Nova - PB, 19 de 03 de 2018.

CONTRATANTE: Juan Sousa dos Santos

CONTRATADO: Israel de Souza Farias

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_



MARIA JOSE SOARES DOS SANTOS  
RUA PE ABDIAS LEAL, 71 - CENTRO  
ALAGOA NOVA / PB CEP: 58125000 (AG: 71)

Emissão: 29/05/2018 Referência: Mai / 2018

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO  
Ponto: 17 - 77 - 820 - 940 Nº medidor: 0000282424



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 58071-080  
CNPJ: 09.095.163/0001-40 Ins. Est. 16.115.923-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: 1907 293 258

Cód. para Déb. Automático: 00005486385

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a

Mai / 2018

Apresentação

29/05/2018

Data prevista da  
próxima leitura

28/06/2018

CPF/ CNPJ/ RANI

5065472483

Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/548638-6

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Baixe o aplicativo Energisa ON em qualquer smartphone ou tablet.

Você terá acesso à segunda via da conta, mudança de titularidade,

informações sobre falta de energia e diversos outros serviços.

Tudo sem precisar sair de casa. Experimente e aproveite essas facilidades.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
27/04/18	22432	29/05/18	22512	1	80	32

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa (R\$)	Valor Base Calc. (R\$)	Alíq. ICMS (R\$)	Base Calc. Ps (R\$)	ICMS (R\$)	Ps/Confins (R\$)	Confins (R\$)
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)	Ps/Confins (R\$)		(0,6193%) (2,9520%)		
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,236970	7,10	7,10	25	1,77	7,10	0,04
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	50,000	0,408230	20,31	20,31	25	5,08	20,31	0,12
0601	Adic. B Amarela			0,50	0,50	25	0,12	0,50	0,00
0610	Subsídio			28,43	28,43	25	7,11	28,43	0,18
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			0,60	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-20,34	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL 36,60 56,34 14,08 58,34 0,34 1,60

Média últimos meses (kWh)

76

**VENCIMENTO**  
**06/06/2018**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 36,60**

#### Histórico de Consumo (kWh)

75	75	63	75	64	63	77	80	80	88	80	73
Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mai/18	Abr/18

Scanned by CamScanner

Assinado eletronicamente por: ISRAEL DE SOUZA FARIAS - 25/09/2018 15:20:30

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092515192528000000016367695>

Número do documento: 18092515192528000000016367695

Num. 16801944 - Pág. 4





SUS

Sistema Único de Saúde  
Ministério da SaúdeLAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO  
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

Hosp. Geral Amador

2 - CNES

4 - CNES

## Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Juan Soares da Silva

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

Masc.

1

Fem.

3

10 - RAÇA / COR

10.1 - ETNIA

11 - NOME DA MÃE

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

14 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - COD. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Pte. quantidade fadiga  
de fibra espinhal

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Mossigada cervical

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Rx + Exame Físico

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

( ) CNS ( ) CPF

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAL DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

## AUTORIZAÇÃO



Assinado eletronicamente por: ISRAEL DE SOUZA FARIAS - 25/09/2018 15:20:36

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092515193915300000016367710>

Número do documento: 18092515193915300000016367710

Num. 16801960 - Pág. 1



GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE QUEIMADAS

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome do Paciente		Nº do Prontuário	
Data da Cirurgia		Enf.	Leito
Cirurgião	1º Auxiliar		Instrumentador
2º Auxiliar	3º Auxiliar		
Anestesia		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório			
Tipo de Cirurgia			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Cirurgia			

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais
1) PT em DTH de aquecimento
2) Assépsia e Ant-Sepsis
3) Campos Antigos betunizados
4) Incisão em região antero-lateral
5) Incisão p/ plano de ressecção
6) Exatidão de fatura de fatura Esquerda
7) Redução artéria com placa 4,5 mm stent
8) Oclusão + Sutura p/ oclusão +
9) Imagem intraoperatória para o
10) HME c/ Sforq4
11) Sutura p/ plano + anest
12) Ao RPA





### Diagnostico

Ex. error para

JUAN SANTO

Enfermaria:

Leito:

Convênio:

PACIENTE:		Prescrição Médica		Horário		Evolução Médica	
Data							
12/4	Quadrado falta bota Mm						<p>paciente internado - 12/4/1993 - unhas digitais - 12/4/1993 - para o - 12/4/1993 - 12/4/1993</p> <p>Dr. Eduardo Braga Moraes Ortopedia - Traumatologia CRM-PB 6388</p>







SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL GERAL DE QUEIMADAS  
Dr. Patrício Leal de Melo

### Diagnostico

## Folha de Tratamento e Evolução

PACIENTE:

JUAN SANTON

Enfermaria:

Leito:

Convênio:

PACIENTE:		Evolução Médica	
Data	Prescrição Médica	Horário	
12/4	<p>Guano vivo</p> <p>falso boba</p> <p>MAA</p> <p>Dr. Eduardo Braga Moraes Ortopedia - Traumatologia CRM-PB 65386</p>	<p>Paciente estável</p> <p>Agua e suco</p> <p>Unas e dentes</p> <p>Exame de urina e sangue</p> <p>MAA</p> <p>Dr. Eduardo Braga Moraes Ortopedia - Traumatologia CRM-PB 65386</p>	







### Diagnostico

$F_x$  on the y-axis

PACIENTE:

JUAN SANTO

Enfermaria:

Leito:



Convênio: \_\_\_\_\_

PACIENTE:		Etiologia:		Evolução Médica	
Data	Prescrição Médica	Horário			
12/4	Curativo faixa boba MAG			<p>Paciente estável</p> <p>- Agor / 253</p> <p>- Curativo diário</p> <p>- 2 pontos e pontos open</p> <p>- 1st. body - Transm.</p> <p>MAG</p> <p>Dr. Eduardo Braga Morais Ortopedia - Traumatologia CRM-PB 6548</p>	



Folha de Tratamento e Evolução


PACIENTE: Juan Soares da Silva Enfermaria: 7 Leito: 9 Convênio:

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
	① Dieta oral livre:		
	② AUP.		
11/04/16	③ Folicul Jaz (F) 62/12h	<del>18</del> <del>06</del>	#PT de
	④ Cefazolin 1g (F) 8/8h	<del>22</del> <del>06</del>	falha de
	⑤ Pynon 2ie (F) 6/6h	<del>18</del> <del>24</del> <del>06</del>	debrá Equid
	⑥ Omeprazol 20mg (F) 1x/dia	<del>06</del>	Oculto
	⑦ Morf 1mg (F) 8/8h	<del>22</del> <del>06</del>	debrá
	⑧ Amoxiclav 1g/125mg		debrá
	⑨ SSWV+CCGG		
			

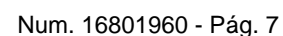


7-2

FRATURA DIAPHISE TIBIA ESQUER

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
10/04/2016	1) DIETA LIVRE V6 2) SFO, 9% 500-1 EV 12/12H 3) NÁUSEAS 1/1-1 FÓRER 2-1 + 10-1 A) EV 6/6 SE FOR OU FÓRER 4) OMEPRAZOL 40-1 + A) EV 1/12H 5) TIDALIN 20-1 EV + A) 12/12H 6) NÁUSEAS 1/1-1 OI FA + A) EV 8/8H SE NÁUSEAS OU VÔMITOS # TRAVEL 100-1 + 100-1 SFO 9% EV 8/8H SE FOR LITENSA	12 2H 12 12 2H 12	- Ortopedia - 8º DIH  - EGB, eufórico, normocrado, normohid estável no Hq; refere dor à movimentar do membro afetado; si outros queixas  Alvaro de Freitas (assinatura)
	 Dr. Crismaros Rodrigues da Silva ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA MEDICO - CRM 3325		Dr. Crismaros Rodrigues da Silva ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA MEDICO - CRM 3325

MOD



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
LUAN SOARES DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
587403664 SSP SP

CPF  
109.892.154-23 DATA NASCIMENTO  
03/11/1993

FILIAÇÃO  
NILTON BARBOSA SOARES  
MARIA JOSE SOARES DOS SANTOS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
06247523989 VALIDADE  
28/05/2019 1ª HABILITACAO  
02/12/2014

OBSERVAÇÕES

*luan soares dos santos*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CAMPINA GRANDE, PB DATA EMISSAO  
18/01/2016

Ariston Chaves Sousa  
Diretor Superintendente - DETRAN/PB  
ASSINATURA DO EMISSOR

53758801881  
PB031765343

DETRAN - PB (PATAMBA)

VÁLIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1169570600

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1169570600



R. H.

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade requerida.

Nos termos do art. 334, do Novo Código de Processo Civil, agende-se audiência de conciliação.

Cite-se o réu para audiência designada com o prazo mínimo de 20 (vinte) dias de antecedência.

Intime-se a parte autora, através de seu advogado.

O réu poderá apresentar contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação.

Cumpra-se.

Alagoa Nova – PB, .9 de outubro de 2018

ERONILDO JOSÉ PEREIRA  
JUIZ DE DIREITO



Intime-se o advogado do autor da audiência de conciliação designada para o dia 20/08/2020, pelas 12h.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE ALAGOA NOVA  
Juízo do(a) Vara Única de Alagoa Nova  
Avenida Presidente João Pessoa, 168, Centro, ALAGOA NOVA - PB - CEP: 58125-000  
Tel.: ( ) ; e-mail:  
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

**EXPEDIENTE DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA PARA AUDIÊNCIA**

**Nº DO PROCESSO: 0800406-41.2018.8.15.0041**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: LUAN SOARES DOS SANTOS

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). ERONILDO JOSE PEREIRA, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Alagoa Nova, fica(m) **CITADA(s) a(s) parte(s) REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE**, abaixo indicado(s), por todos os atos do processo acima mencionado, ficando ainda **INTIMADA(s)** para comparecer(em) neste juízo, no endereço supra, à **AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO** designada: **Tipo: Conciliação Sala: Sala de Audiencia Data: 20/08/2020 Hora: 12:00 h.,**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

**Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

ALAGOA NOVA-PB, em 17 de abril de 2020

De ordem, VILMA FERREIRA DA SILVA BRITO

Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXX

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXX

